

CONTRATO CEDAE Nº 139/2019 (DRM)
que entre si celebram a **COMPANHIA**
ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
(CEDAE), e a **CONSTRUVERDE**
CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI.

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655 – Cidade Nova – CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato por meio de Diretor Administrativo Financeiro, Sr. JOSE BANDEIRA DE MELLO JÚNIOR, e de seu Diretor da Região Metropolitana, Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, doravante denominada **CEDAE**, e a **CONSTRUVERDE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI**, sediada na Rua da Batata, 600, lote 01, quadra BJ, Penha Circular, Rio de Janeiro – CEP. 21.011-020, inscrita no CNPJ sob o n.º 20.360.878/0001-45, neste ato por meio de seu Sócio Administrador, Sr. JOAQUIM RODRIGUES DOS SANTOS, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato autuado no **Processo Administrativo E-07/100.450/2019**, mediante **Dispensa de Licitação n. 009/2019 (DRM)**, com fundamento no art. 29, inciso XV da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pela qual se regerá, bem como pelos preceitos de direito privado, pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

- 1.1. O objeto do presente ajuste é a **"RECUPERAÇÃO EMERGENCIAL DO MURO DE CONTENÇÃO SITUADO À RUA CLEUDES DA SILVA, 112"**, conforme aprovação do Senhor Diretor Presidente às fls. 339 do processo E-07/100.450/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

- 2.1. Inserem-se no escopo desta contratação o Anteprojeto de Engenharia anexo, bem como a **proposta** da **CONTRATADA** autuada às fls. 298 do processo administrativo referência, cujo conteúdo, embora não transcrito, passa a compor o presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CEDAE

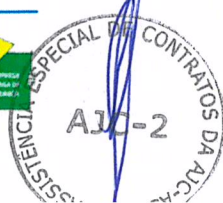
3.1. Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a – efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste Contrato;
- b – emitir eventuais autorizações específicas para atuação junto a terceiros;
- c – fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, ligados ao presente Contrato;
- d – nomear Comissão para o acompanhamento e para a aceitação provisória e definitiva do objeto.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A **CONTRATADA** obriga-se a:

- a - Conduzir o objeto de acordo com o anteprojeto de engenharia anexo e sua proposta técnica, inserida às fls. 298 do processo de referência, bem como de acordo com as normas aprovadas para sua execução, em estrita obediência às leis vigentes;
- b – Obedecer às normas de Projeto de Execução de Obras da **CEDAE**, tomando delas expreso conhecimento;
- c- Responder pelos serviços que executar, na forma da lei;
- d - Prover os serviços, ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, devidamente aprovado pela **CEDAE**;
- e - Providenciar e manter em vigor, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos em virtude de Lei, com vigência a partir da data de início do objeto até seu aceite definitivo;
- f - comparecer, sempre que a **CEDAE** solicitar, aos seus escritórios ou em outro local indicado, por seu titular ou engenheiros credenciados, para examinar e prestar esclarecimentos a problemas relacionados com o objeto deste Contrato. A convocação deverá ser feita com, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;
- g- Atender a todas as solicitações de natureza técnica, bem como os métodos de inspeção e controle realizados pela **CEDAE**, assim como fornecer todos os dados e esclarecimentos solicitados em razão da execução do objeto;
- h- Manter a **CEDAE** informada, de acordo com as conveniências desta, de todos os pormenores dos serviços contratados;
- i- Obedecer estrita e rigorosamente aos prazos de execução constantes deste Contrato, cabendo à **CEDAE**, no caso de inadimplemento, o direito de suspender sua execução e de aplicar as penalidades cabíveis, sem que à **CONTRATADA** assista direito à indenização;



- j- Destinar um recinto apropriado em seu escritório, a fim de alojar o pessoal técnico da Fiscalização da **CEDAE**;
- k- Substituir qualquer membro da equipe de trabalho, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sempre que solicitado pela **CEDAE**;
- l- Prestar, sem ônus para a **CEDAE**, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados nos trabalhos, sempre que a ela imputáveis;
- m- Submeter à prévia aprovação da **CEDAE** qualquer alteração de sua equipe de trabalho;
- n- providenciar, antes do início dos serviços, o recolhimento da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) dos responsáveis técnicos envolvidos na execução do objeto, conforme determina a Lei Federal nº 6.496 de 07/12/77;
- o – na execução contratual, a gestão dos resíduos que eventualmente venham a ser gerados da totalidade das atividades necessárias à implementação da obra em questão deverá seguir ao estabelecido nas diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão de resíduos da construção civil da Resolução CONAMA nº 307, de 05 de Julho de 2002;
- p – Em caso de obra, a **CONTRATADA** disponibilizará as Memórias de Cálculos de dimensionamento, juntamente com o Projeto Executivo, para fins de verificação de adequação da solução adotada;
- q- A **CONTRATADA**, em caso de obra, deverá apresentar para cada medição a respectiva memória de cálculo, na qual deverá constar a indicação dos locais precisos da execução do objeto e das dimensões de cada parte ou trecho do item medido, preferencialmente através de croqui;

q.1 – A medições serão realizadas com base no que fora efetivamente realizado pela **CONTRATADA**.

- r- A **CONTRATADA** deverá se responsabilizar por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessários à completa realização do escopo desta contratação, até seu aceite definitivo;
- s- A **CONTRATADA** deverá observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93 da Lei Federal nº 8.213/91, bem como as demais normas referentes à acessibilidade previstas no Decreto Federal n. 5.296/2004;
- t- Na forma da Lei Estadual n. 7.258/2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato estará obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas, na seguinte proporção: (i) – até 200 empregados = 2%; (ii) de 201 a 500 empregados = 3%; (iii) de 501 a 1.000 empregados = 4%; (iv) de 1.001 em diante = 5%;



- u- A **CONTRATADA** deverá reapresentar todos os documentos de habilitação exigidos como condição à assinatura do contrato, fazendo-o sempre que vencidos no curso da contratação, ou em observância ao Enunciado n. 29 PGE/RJ;
- v – No caso de obras, a **CONTRATADA** deverá manter um DIÁRIO no local, transferindo à propriedade da **CEDAE**, ao final, todas as plantas e desenhos relativos ao objeto; e
- w - A **CONTRATADA** será responsável por quaisquer danos causados à CEDAE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

- 5.1. É facultado à **CEDAE** exercer ampla fiscalização sobre o objeto do presente Contrato, diretamente ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, aos quais a **CONTRATADA** prestará a assistência requerida, facultando-lhe o acesso em qualquer fase, época e local onde se processarem as tarefas relacionadas com o desenvolvimento de seu escopo.
- 5.2. A fiscalização da **CEDAE** não eximirá a **CONTRATADA** de sua total e exclusiva responsabilidade quanto ao prazo e qualidade do objeto entregue.
- 5.3. Na forma da Lei Estadual n. 7.258/2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea "t", da cláusula quarta, realizando-se a verificação do cumprimento da obrigação assumida no contrato.
- 5.4. No caso de obra, a **CONTRATADA** fornecerá e manterá um DIÁRIO com todas as folhas devidamente numeradas e rubricadas pelo seu representante e pela Fiscalização da **CEDAE**, no qual serão obrigatoriamente registrados:

I – pela **CONTRATADA**:

- a) as condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos;
- b) as falhas nos serviços de terceiros, não sujeitas a sua ingerência;
- c) as consultas à Fiscalização;
- d) as datas de conclusão de etapas caracterizadas, de acordo com o cronograma aprovado;
- e) os acidentes ocorridos no decurso do trabalho;
- f) as respostas às interpelações da Fiscalização;
- g) a eventual escassez de material que resulte em dificuldade para a obra;
- h) outros fatos que, a juízo da **CONTRATADA**, devam ser objeto de registro;

II – pela Fiscalização:

- a) o atestado da veracidade dos registros efetuados pela **CONTRATADA**;



- b) o juízo formado sobre o andamento da obra, tendo em vista os projetos, especificações, prazos e cronogramas;
- c) as observações cabíveis a propósito dos lançamentos da **CONTRATADA**;
- d) as respostas às consultas lançadas ou formuladas pela **CONTRATADA**;
- e) as restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da **CONTRATADA**, seus prepostos e sua equipe;
- f) a determinação de providências para o cumprimento do projeto e especificações;
- g) outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente aos trabalhos de fiscalização.

5.5. Ao final da obra, o Diário referido será transferido à propriedade do **CEDAE**.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO

- 6.1. O objeto deverá estar concluído no prazo de **120 (cento e vinte) dias** contados da data indicada na Ordem de Início para a execução, que poderá ser emitida após a assinatura deste instrumento contratual.
- 6.2. O decurso do prazo estipulado não acarretará, por si só, a resolução do ajuste, continuando as partes contratualmente obrigadas até que se opere o aceite definitivo do objeto, respondendo a **CONTRATADA** pela mora a que der causa.

CLÁUSULA SÉTIMA - VALOR DO CONTRATO

- 7.1. A **CONTRATADA** se obriga a executar o objeto, em regime de contratação integrada, pelo valor de **R\$ 498.334,77 (quatrocentos e noventa e oito mil, trezentos e trinta e quatro reais e setenta e sete centavos)**, conforme proposta de fls. 298, e cronograma físico financeiro de fls. 210 do processo administrativo de referência.
- 7.2. O preço ajustado no item anterior desta Cláusula inclui o lucro e todos os custos dos serviços, sejam diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa ainda que não prevista textualmente neste Contrato, inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.
- 7.3. As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2019, assim classificados:

Programa de Trabalho: 2200022016

Conta Orçamentária: 411110406

Fonte de Recursos: 10



Código Orçamentário: 33909301

Centro de Custos: DM00000000

ID da Reserva Orçamentária: 2019000908

CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE

- 8.1. O valor desta contratação será irrevogável.

CLÁUSULA NONA - RESPONSABILIDADE TÉCNICA

- 9.1. Os serviços objeto deste Contrato serão executados sob a direção e responsabilidade técnica do seguinte profissional: Eng. LUCAS FERNANDES CHAVES, Registro n. 2018103940, que ficará autorizado a representar a **CONTRATADA** em suas relações com a **CEDAE**, em matéria do serviço.
- 9.2. A **CONTRATADA** obriga-se a manter os engenheiros indicados nesta cláusula como Responsáveis Técnicos na direção dos trabalhos e no local das obras ou dos serviços até seu final. A substituição dos Responsáveis Técnicos poderá ser feita por outro de igual lastro de experiência e capacidade, cuja aceitação ficará a exclusivo critério da **CEDAE**.
- 9.3. Os Responsáveis Técnicos aqui indicados deverão figurar como tal na ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, de que trata o item 10.10 deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - MEDIÇÃO, FATURAMENTO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 10.1. O(s) pagamento(s) da(s) fatura(s) será(ão) efetuado(s) em parcelas, conforme cronograma físico-financeiro de fls. 240 do processo administrativo de referência, após a aceitação da(s) medição(ões) correspondente(s) por parte da **CEDAE**, no 30º (trigésimo) dia corrido, contado a partir da data final do período de adimplemento
- 10.1.1. Considera-se adimplemento a execução da parcela/etapa da obra ou serviço de engenharia acompanhada da nota fiscal/fatura e dos demais documentos exigidos como condição ao pagamento (ver item 10.10 e 10.11 do contrato). Ao adimplemento será dado recibo, nos termos art. 191, §1º do RILC.
- 10.1.2. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, por culpa exclusiva da **CEDAE**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata die", e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato serão feitos



mediante desconto de 2% (dois por cento) ao mês, também calculados "pro rata die". Não correrão juros e atualização durante o período de suspensão mencionado no item 10.7.

- 10.2. Os pagamentos devidos em decorrência da execução das obras/serviços objeto deste Contrato serão efetuados mediante crédito em conta bancária indicada pela **CONTRATADA** no banco **BRADESCO**, ficando autorizada a indicação de outra conta somente quando justificada tal impossibilidade.
- 10.3. Mensalmente, até o dia 30 (trinta) de cada mês, a Fiscalização, de comum acordo com a **CONTRATADA**, estabelecerá a programação do que deverá ser executado no mês seguinte, tendo por base as metas do cronograma físico-financeiro contratual e as necessidades da obra/serviço.
- 10.4. Ao final de cada período, a Fiscalização procederá à verificação do avanço da implantação e do cumprimento das metas mínimas do cronograma físico-financeiro contratual.
- 10.5. A cada 30 (trinta) dias, a **CONTRATADA** fará a emissão da medição/fatura dos serviços realizados e dos fornecimentos de materiais e equipamentos considerados aceitos pela Fiscalização, observando o cronograma físico-financeiro contratual, cujos percentuais limitarão os valores dos serviços medidos.
- 10.5.1. Os serviços relativos à administração local da obra serão pagos com o mesmo percentual de execução da obra, quando das medições.
- 10.6. De posse da documentação apresentada pela **CONTRATADA**, a Comissão de Fiscalização atestará, na forma prevista no art. 90, §3º, da Lei Estadual nº 287/1979, a documentação e a qualidade do objeto contratado, a partir de quando será possível a realização do pagamento, conforme art. 191, §3º do RILC.
- 10.7. A necessidade de providências por parte da **CONTRATADA** em relação à medição realizada, ou em relação ao conteúdo da documentação apresentada (ver item 10.10 e 10.11), importará em suspensão da contagem do prazo para pagamento, não correndo juros e/ou atualização neste período.
- 10.7.1. No caso da não concordância com apenas parte da medição, a Fiscalização liberará o valor não controvertido, notificando a **CONTRATADA** para providências quanto às pendências do restante da medição.
- 10.8. A **CEDAE** não se responsabilizará pelo pagamento de medições de serviços executados em quantidades superiores às fixadas na Estimativa Orçamentária, salvo quando expressamente determinadas pela Fiscalização.



- 10.9. Toda fatura fará menção específica à medição na qual a mesma se baseia.
- 10.10. A liberação do primeiro pagamento ficará condicionada à entrega, pela **CONTRATADA**, do comprovante de pagamento da ART-ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA.
- 10.11. O pagamento das notas fiscais relativas às etapas dos serviços de engenharia/obras executados ficarão condicionados à apresentação dos seguintes documentos:

I) Para todos os casos de obras, bem como para os serviços de engenharia que possuírem mão de obra alocada à disposição da CEDAE, em suas dependências ou fora dela:

- a) medição/detalhamento que fora executado;
- b) prova de pagamento das verbas salariais, com eventuais horas extraordinárias executadas no período, que deverá ser apresentada até o quinto dia útil seguinte;
- c) folha de pagamento exclusiva para o objeto da contratação, conforme preconizado no parágrafo 5º do art. 31, da Lei nº 8.212/91;
- d) Prova de pagamento em dia do vale-transporte e do auxílio alimentação de seus empregados, que poderá ser feita por meio de declaração emitida pela CONTRATADA;
- e) Prova de Anotação nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) de seus empregados, que será feita apenas no início da contratação, como condição ao primeiro pagamento, tornando-se necessária a repetição desta prova apenas no caso de substituição do empregado;
- f) Cópias das Guias de Recolhimento mensal do FTGS (GFIP) e INSS (GPS);
- g) comprovante da declaração das contribuições a recolher à Previdência Social e a outras Entidades e Fundos por FPAS; e
- h) declaração de que se encontra cumprindo o regime de quotas da Lei Estadual n. 7.258/2016, quando enquadrada na situação prevista na cláusula quarta, letra "t", deste instrumento .

II) Para os demais serviços de engenharia que não possuírem mão de obra alocada à disposição da CEDAE:

- a) medição/detalhamento que fora executado; e
 - b) declaração de que se encontra cumprindo o regime de quotas da Lei Estadual n. 7.258/2016, previsto na cláusula quarta, letra "t", deste instrumento.
- 10.12. A ausência de qualquer dos documentos exigidos para a realização dos pagamentos, conforme itens I e II da cláusula 10.11, impedirá a obtenção do recibo de adimplemento pela **CONTRATADA**, nos termos do art. 191 do RILC.



- 10.12.1. Apenas quando vencidas, as seguintes certidões deverão ser reapresentadas como condição à obtenção do recibo de que trata o item anterior: (i) Certidão Negativa de Tributos Federais e Contribuições Previdenciárias, emitida conjuntamente pela Secretaria de Fazenda Nacional e pela Procuradoria da Fazenda Nacional (PFN); (ii) Certidão comprobatória da regularidade com o recolhimento das verbas do FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal; e (iii) CNDT, emitida pelo TRT, sendo que os itens "ii" e "iii" somente serão exigidos quando houver mão de obra alocada à contratação.
- 10.12.2. A ausência dos documentos indispensáveis à configuração do adimplemento ensejará a notificação da **CONTRATADA**, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para o cumprimento destas obrigações, bem como para a apresentação de defesa prévia.
- 10.12.3. Expirado o prazo constante do item acima sem que tenham sido tomadas as providências cabíveis, ou sendo rejeitados os argumentos apresentados em defesa pela **CONTRATADA**, será aplicada a ela penalidade de advertência. Permanecendo a inadimplência total ou parcial em virtude de ausência de qualquer dos documentos referidos, o contrato será rescindido com a aplicação da penalidade de suspensão prevista no item "iii" da cláusula 14.6.
- 10.13. A fatura final deverá corresponder, no mínimo, a 10% (dez por cento) do valor do Contrato, e só será processada após a aceitação provisória da obra/serviço de engenharia.
- 10.14. A **CEDAE** poderá utilizar os créditos da **CONTRATADA** para efetuar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas e previdenciárias devidas por ela a seus empregados, fazendo-o diretamente ou por meio de provisionamento em conta vinculada, na forma prevista no art. 19-a, I, da IN/SLTI/MP 2/2008, com redação dada pela IN/SLTI/MP 6/2013, quando não for possível a realização dos pagamentos diretamente pela CEDAE.
- 10.15. Todos os documentos mencionados nesta cláusula ficarão autuados no processo administrativo referente à contratação, bem como no processo de prestação de contas que deverá ser aberto em virtude da OS "E" nº 14.695/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – MATRIZ DE RISCO

- 11.1. A Matriz de Riscos desta contratação está prevista no Anexo II.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO



- 12.1. A **CEDAE** poderá, a qualquer tempo e a seu critério, determinar por escrito a suspensão do objeto em andamento. A suspensão se tornará efetiva 30 (trinta) dias após o recebimento desta determinação pela **CONTRATADA**.
- 12.2. A **CEDAE** poderá deixar de expedir Ordem de Execução – OEX, em função da indisponibilidade dos recursos indispensáveis à execução das obras, ou ainda se a **CONTRATADA** não tiver terminado ou imprimido, à OEX anterior, ritmo e qualidade aceitáveis pela Fiscalização da **CEDAE**. Nestes casos, não assistirá à **CONTRATADA** direito a indenização, reembolso ou compensação de qualquer espécie, exceto quanto ao pagamento de serviços executados, entregues e aceitos pela Fiscalização.
- 12.3. As Ordens de Execução emitidas pela **CEDAE** e aceitas pela **CONTRATADA** integrarão este Contrato.
- 12.4. A Coordenação Geral dos trabalhos da **CONTRATADA** ficará localizada, obrigatoriamente, no município do Rio de Janeiro ou em outro Município do Estado do Rio de Janeiro, a juízo da **CEDAE**.
- 12.5. Deverá ser obedecida a orientação da Fiscalização da **CEDAE** na execução dos serviços.
- 12.6. Na execução das obras objeto deste Contrato serão obedecidas: as Especificações Técnicas, o Projeto e os demais elementos fornecidos pela Fiscalização; as Normas Técnicas da ABNT e, no que couber, as disposições legais e regularmente em vigor, especialmente as relacionadas com execução, fiscalização, fornecimento, aceitação, conservação, penalidades, rescisão de contratos, pagamentos, medição de serviços e normas técnicas.
- 12.7. Na execução do objeto contratual serão seguidas as normas do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE (RILC), bem como os dispositivos da CEDAE-DPO-1, cujas cópias poderão ser adquiridas na Coordenação de Licitações de Obras e Serviços de Engenharia, à Avenida Presidente Vargas, 2655 – 7º andar, no horário de 9:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas.
- 12.8. Todas as despesas relativas a serviços noturnos, inclusive as referentes à iluminação, correrão por conta exclusiva da **CONTRATADA**.
- 12.9. A **CONTRATADA** se responsabilizará, por si e seus sucessores, por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que, a qualquer título, causar à **CEDAE**, ao Estado do Rio de Janeiro e/ou terceiros, em decorrência da execução dos serviços objeto deste contrato.



12.10. A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6.514 de 22 de Dezembro de 1997 e da Portaria nº 3214 de 08 de junho de 1978 e suas Portarias modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, Título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

12.10.1. Todos os empregados da **CONTRATADA** deverão trabalhar com Equipamento de Proteção Individual (EPI), tais como capacetes, botas, capas, óculos e demais equipamentos adequados para cada tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido. A Fiscalização poderá paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem protegidos, O ônus da paralisação correrá por conta da **CONTRATADA**, mantendo-se inalterado o prazo de execução do serviço.

12.11. No decorrer da execução dos serviços, será exigida uma execução mínima que, aos preços contratuais, corresponda às etapas mensais estabelecidas pela **CONTRATADA** no cronograma físico financeiro contratual, em percentagens acumuladas em relação ao valor total das obras CONTRATADA.

12.11.1. Caso as etapas mensais não sejam cumpridas pela **CONTRATADA**, após a verificação da Fiscalização da **CEDAE** será pago à **CONTRATADA** somente o que houver sido efetivamente executado.

12.12. Todos os materiais/equipamentos empregados na execução das obras/serviço de engenharia deverão ser de primeira qualidade e novos, sujeitando-se a **CONTRATADA** à realização dos ensaios/testes, de Controle de Qualidade, determinados pela Fiscalização.

12.13. Em todos os casos em que a execução dos serviços, por motivos imputáveis à **CONTRATADA**, ocasionar prejuízos aos serviços já executados, a **CONTRATADA** arcará com os custos de restauração para recolocá-los em suas condições originais.

12.14. A **CONTRATADA** responderá de maneira absoluta e inescusável pelos serviços, assumindo inteira, total e exclusiva responsabilidade pela sua execução e qualidade técnica.

12.15. A **CONTRATADA** se obriga a cooperar com as demais contratadas da **CEDAE**, entrosando-se com elas, a fim de que todos os serviços se desenvolvam conforme a programação estabelecida para cada uma. Quaisquer entendimentos entre as diversas contratadas serão feitos, por escrito, sempre através da Fiscalização.

12.16. A **CONTRATADA** deverá refazer aquilo que for rejeitado pela Fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1. Não será admitida a subcontratação no objeto da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1. A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitarão a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que lhe couber, às penalidades seguintes:

a) advertência;

b) multa administrativa;

c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a CEDAE por prazo não superior a 2 (dois) anos;

- 14.2. A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

- 14.3. A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b" do item 14.1, serão impostas pelo Diretor responsável, na forma do art. 21, parágrafo primeiro, do Procedimento de aplicação de sanções da CEDAE.

- 14.4. A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a CEDAE, previstos na alínea "c" do item 14.1, será imposta pelo Diretor Presidente desta Companhia, na forma do art. 21, parágrafo terceiro, do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE.

- 14.5. A **multa administrativa**, prevista na alínea "b" do item 14.1, será aplicada à **CONTRATADA** pelo descumprimento de suas obrigações acessórias, observando o que segue:

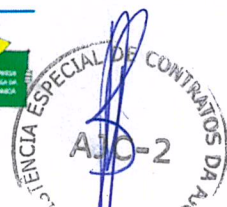
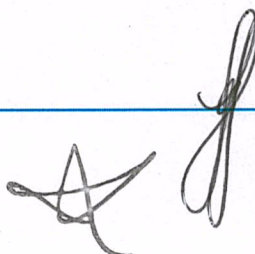
i) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento), aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas **não** executadas;

ii) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;

iii) O somatório das multas administrativas deverá observar o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.

iv) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade; e

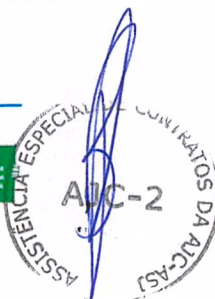
- v) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso, com a multa rescisória e com a multa prevista na cláusula vigésima quarta, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa.
- 14.6. A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do item 14.1, será aplicada conforme as disposições do art. 9º do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE, observando o seguinte:
- i) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
 - ii) sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito deste valor no prazo devido;
 - iii) Será aplicada pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento das obrigações previstas no item 10.12.
- 14.7. A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da **CEDAE**, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.
- 14.8. O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à **multa de mora** por dia útil que exceder ao prazo estipulado, conforme percentuais abaixo:
- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso; e
 - b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, até o limite máximo de 20%.
- 14.9. As multas porventura aplicadas serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**; ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.
- 14.10. A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação de defesa.



- 14.10.1. A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 14.11. Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.
- 14.12. Todas as multas previstas neste contrato, incluindo a rescisória e a prevista na cláusula vigésima quarta, item 24.8, serão somadas quando aplicadas cumulativamente, e terão como limite seus respectivos percentuais máximos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RESCISÃO CONTRATUAL

- 15.1. A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão com as consequências cabíveis.
- 15.2. A rescisão contratual poderá ocorrer por:
- I – ato unilateral e escrito, quando verificada a ocorrência de qualquer das situações descritas no art. 222 do RILC;
 - II- acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de contratação, desde que seja vantajoso à CEDAE; ou
 - III – decisão judicial ou arbitral.
- 15.3. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo administrativo que ensejou a contratação, sendo assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e ampla defesa.
- 15.4. Quando a rescisão ocorrer por interesse exclusivo da **CEDAE**, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido.
- 15.5. A rescisão por ato unilateral acarretará as seguintes consequências:
- I – a assunção imediata do objeto contratado pela CEDAE, no estado e local em que se encontrar; e
 - II – aplicação de multa rescisória, no percentual de 10% (dez por cento) calculada sobre a parcela não-executada do contrato, devidamente reajustada, bem como a execução da garantia contratual e/ou a utilização dos créditos decorrentes do próprio contrato, no caso de culpa da CONTRATADA.



- 15.6. A CEDAE se reserva ao direito de cobrar indenização suplementar em juízo se ficar constatado que o prejuízo causado foi superior ao valor da multa rescisória aplicada, conforme autorização contida no art. 416, parágrafo único, *in fine*, do Código Civil.
- 15.7. A rescisão contratual por acordo entre as partes será da competência da autoridade referida no art. 24 do RILC; enquanto a rescisão unilateral ficará a cargo do Diretor responsável pela contratação, conforme art. 15 do Procedimento Interno de Sanções da CEDAE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

- 16.1. Se a **CONTRATADA** ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, em consequência de caso fortuito ou de força maior, deverá comunicar o fato de imediato à Fiscalização da **CEDAE** e ratificar por escrito a comunicação, informando os efeitos danosos do evento.
- 16.2. Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a **CONTRATADA** ficar impedida de cumprir, quanto a obrigação de a **CEDAE** remunerá-las.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ENCARGOS CONTRATUAIS

- 17.1. A **CONTRATADA** será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes às legislações fiscal, comercial, trabalhista e previdenciária que incidam ou venham a incidir sobre o presente Contrato, os quais correrão por sua exclusiva conta.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ALTERAÇÃO CONTRATUAL

- 18.1. Desde que não se altere a natureza do objeto, o contrato poderá ser modificado por acordo entre as partes, através de termo aditivo, conforme disposições contidas no art. 207 do RILC.
- 18.2. Os contratos celebrados nos regimes de "empreitada por preço unitário", "empreitada por preço global", "contratação por tarefa", "empreitada integral" e "contratação semi-integrada" somente poderão ser alterados nos casos e na forma admitida nos artigos 42, §1º, IV, e 81 da Lei nº 13.303/2016.
- 18.3. Os contratos cujo regime de execução seja a "contratação integrada" não serão passíveis de alteração, exceto quando esta possibilidade estiver expressamente prevista em sua matriz de riscos, e não decorrer

de eventos supervenientes alocados como de responsabilidade da contratada, conforme §8º do art. 81 da Lei nº 13.303/2016.

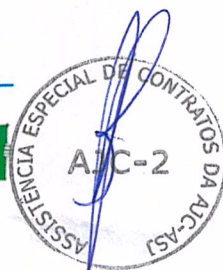
- 18.4. Quando houver necessidade de alteração do contrato para a inclusão de itens novos, estes serão definidos com base nos preços da tabela EMOP vigentes à época da estimativa orçamentária, considerando-se em sua cotação os descontos oferecidos pela **CONTRATADA** em sua proposta, bem como a taxa de BDI especificada no orçamento-base da licitação (quando houver BDI), atualizados financeiramente pelo índice contratualmente previsto.
- 18.5. Em não sendo possível identificar o preço pelo método definido no item anterior, a **CEDAE** se guiará pelo disposto no art. 35, inciso I, letras "a" do RILC, aplicando-se ao preço apurado o desconto ofertado pela **CONTRATADA**, sem atualização financeira.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO PELA SUPRESSÃO

- 19.1. O atraso, tolerância ou omissão por parte da CEDAE no exercício de quaisquer direitos que lhe assistem na forma deste contrato, em geral, não poderão ser interpretados como novação ou renúncia a tais direitos, podendo a CEDAE exercitá-los a qualquer tempo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

- 20.1. As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.
- 20.2. Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.



CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA - CASOS OMISSOS

- 21.1. Os casos omissos serão resolvidos conforme disposto na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA DO OBJETO

- 22.1. O objeto do contrato será recebido provisoriamente ao final, da seguinte forma:
- 22.2. Será emitido um TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA (doc. Referente ao ANEXO I da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), o que ocorrerá antes da liberação do pagamento da última parcela/etapa prevista no cronograma físico-financeiro do contrato.
- 22.3. A **CONTRATADA** deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter sua posse transferida ou o resultado dos serviços de engenharia executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.
- 22.4. As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e encaminhada à **CEDAE**, juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e com os documentos exigidos para realização do pagamento. O representante da **CEDAE** não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento da última etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.
- 22.5. Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão da última etapa/parcela a **CONTRATADA** se omitir ou se recusar a realizar a comunicação da condição de transferência de posse do objeto pactuado ou o resultado dos serviços executados à **CEDAE**, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de suas obrigações e da consequente suspensão do prazo para pagamento.
- 22.6. Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente à última fatura ficará suspenso.
- 22.7. A obrigação será considerada adimplida pelo cumprimento da etapa/parcela acompanhada dos documentos exigidos para a realização do correspondente pagamento.



- 22.8. O representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à **CONTRATADA** recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.
- 22.9. De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega do recibo à **CONTRATADA**, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive o atesto da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da última fatura pela Comissão de Fiscalização.
- 22.10. A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.
- 22.11. Caberá à Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto na última etapa/parcela, e deverão ser registradas no processo.
- 22.12. O procedimento de aceitação provisória poderá ser dispensado nos casos mencionados no art. 187 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE (RILC), casos em que será substituído pela emissão de simples "recibo", conforme item 1.2.7.1 da Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que permanece aplicável naquilo em que não confrontar com o referido art. 187 do RILC
- 22.13. A Comissão de Fiscalização deverá fornecer à **CONTRATADA**, se por ela solicitado, a Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que disciplina o recebimento provisório e definitivo nos contratos da **CEDAE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA ACEITAÇÃO DEFINITIVA DO OBJETO

- 23.1. O objeto do contrato será recebido definitivamente ao final, da seguinte forma:



- 23.2. A aceitação definitiva do objeto pactuado será feita por meio de Comissão especificamente nomeada para este fim, mediante emissão do TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA (doc. Ref. ANEXO VII da Ordem de Serviço n. 14.693/2017).
- 23.3. A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, solicitará à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.
- 23.4. De igual modo, a **CONTRATADA** deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.
- 23.5. No caso de omissão ou recusa da **CONTRATADA** em solicitar à **CEDAE** a aceitação definitiva do objeto contratado, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de se manifestar pela efetiva solicitação em, no máximo, 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da notificação.
- 23.6. Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do contrato reterá a garantia contratual, se houver.
- 23.7. Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela **CONTRATADA**.
- 23.8. A inobservância do parágrafo anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE – LEI ESTADUAL 7.753/2017

24.1. Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou



e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

24.2. A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o **Código de Ética e Conduta da CEDAE**, presente no link www.cedae.com.br/governancacorporativa.

24.3. A violação aos itens 24.1 e 24.2 pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

24.4. A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos itens 24.1 e 24.2, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

24.5. A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "*conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública*".

24.6. O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

24.7. A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituir-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

24.8. O não atendimento ao disposto no item anterior implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

24.9. O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.



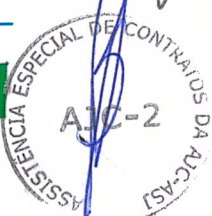
- 24.10. O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará na impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.
- 24.11. O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.
- 24.12. Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.
- 24.13. As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**."
- 24.14. A prática de atos de contra a Administração Pública Estadual sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Federal nº 12.846/2013, na forma do Decreto Estadual nº. 46.366/2018.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUINTA- DISPOSIÇÕES FINAIS

- 25.1. Todos os originais dos documentos, estudos, fluxogramas, especificações, folhas de cálculos, etc., elaborados pela **CONTRATADA** serão propriedade da **CEDAE** e neles não deverá constar qualquer declaração que limite este direito.
- 25.2. À **CONTRATADA** é vedado dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros qualquer dado, documentação preparada ou recebida para a execução das obras, dar entrevistas faladas ou escritas, salvo com prévia e formal autorização da **CEDAE**.
- 25.3. A **CONTRATADA** providenciará todos os documentos necessários para que seu pessoal possa executar legalmente os serviços especificados neste contrato.
- 25.4. A **CEDAE** não será responsável por quaisquer danos ou prejuízos que a **CONTRATADA**, direta ou indiretamente, por si ou seus prepostos, causar a terceiros em virtude da execução das obras/serviços de que cuida este contrato. Em qualquer hipótese, a **CONTRATADA** será, sempre, a única e exclusiva responsável pelo seu ressarcimento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

- 26.1. O extrato desta contratação será publicado no Diário Oficial do Estado, para fins de mera publicidade, e posteriormente divulgado no sítio eletrônico da **CEDAE**.



26.2. Após a publicação no Diário Oficial, deverá ser observado o disposto na Deliberação TCE-RJ n. 280/2017 para o envio das informações nos casos exigidos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - FORO

Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes deste Contrato, as partes elegem o foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

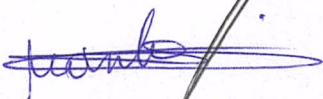
Rio de Janeiro, 18 de novembro de 2019.

Pela **CEDAE**:


HELIO CABRAL MOREIRA
Diretor da Região Metropolitana


JOSÉ BANDEIRA DE MELLO JÚNIOR
Diretor Administrativo Financeiro

Pela **CONTRATADA**:


JOAQUIM RODRIGUES DOS SANTOS
Sócio Administrador

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____

Ref. Contr-CONSTRUVERDE-serviço-engenharia-DL-009/2019

ANEXO I

ANTEPROJETO DE ENGENHARIA

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)

1. OBJETO

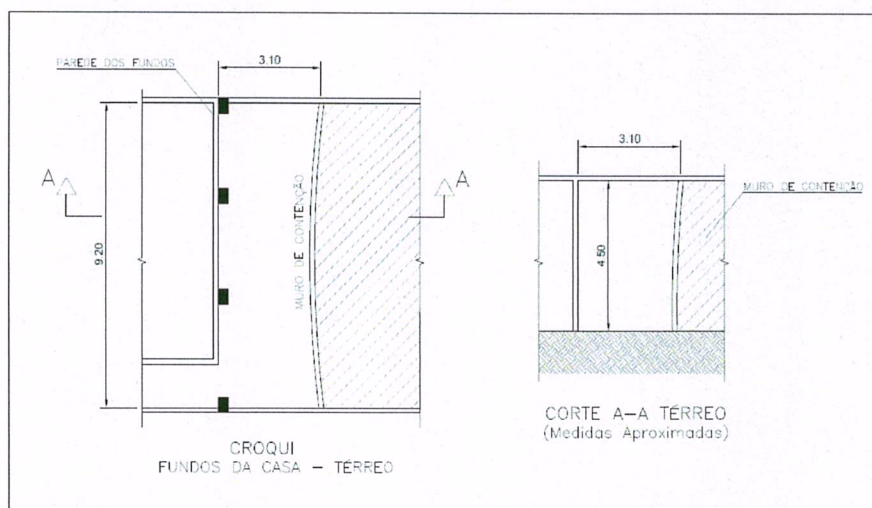
1.1 - Contratação de serviços de **RECUPERAÇÃO DO MURO DE CONTENÇÃO SITUADO À RUA CLEUDES DA SILVA 112**, com demolição da estrutura danificada, execução da fundação da contenção.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

A proposta é justificada diante da necessidade de garantir a segurança e estabilidade do local, fato justificado com a interdição do local pela Defesa Civil, aumento nas deformações do muro e risco de ruptura da estrutura existente.

Portanto tal estrutura de contenção deve ser concebida dentre os princípios de economicidade visto que há hoje no mercado diversas metodologias viáveis para solução da patologia em tela.

Além da contenção ressalta-se a importância do refazimento da drenagem superior e de toda e qualquer estrutura demolida e também da garantia de segurança durante a execução dos trabalhos, visto o elevado nível de deformação da estrutura.



3. DESCRIÇÃO DA OBRA

Após a escolha da metodologia a ser utilizada e aprovação pela Comissão segue-se para execução do projeto previsto e a mobilização da empresa no local. A primeira etapa será a proteção do local para a execução

dos trabalhos, seguida pela estabilização do talude e demolição da laje e do muro que apresentam as patologias estruturais.

Em seguida, deverá ser executada a contenção.

Recomposição de passeio público e refazimento da drenagem.

4. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo máximo para execução e entrega da obra é de 120 dias corridos e será contado a partir da data estabelecida na Ordem de Início para a execução da obra ou serviço.

5. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

5.1 - Atender ao art. 32, §1º da Lei nº 13.303/2016:

5.1.1 - Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas.

5.1.2 - Utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzem o consumo de energia e de recursos naturais.

5.2 - Com relação à preservação do meio ambiente as seguintes precauções deverão ser tomadas:

5.2.1 - O trânsito dos equipamentos e veículos de serviço, fora das áreas de trabalho, deverá ser evitado tanto quanto possível, principalmente onde houver alguma área com relevante interesse paisagístico ou ecológico.

5.2.2 - As áreas destinadas ao estabelecimento e aos serviços de manutenção dos equipamentos devem ser localizadas de forma que resíduos de lubrificantes e/ou combustíveis, não sejam levados até os cursos d'água.

6. NORMAS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Os serviços serão executados em estrito atendimento às normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, normas de Segurança do Trabalho (NRs), normas da CEDAE e de acordo com as instruções deste instrumento.

Segue lista não exaustiva de normas a serem atendidas, de acordo com a solução escolhida.

- NBR 6118:2014 (Projeto de estruturas de concreto — Procedimento)

- NBR 6122:2010 (Projeto e execução de fundações)

- NBR 11682:2009 (Estabilidade de encostas)

- NBR 7480:2007 (Aço destinado a armaduras para estruturas de concreto armado - Especificação)

- NBR 5629:2006 (Requisitos exigíveis para tirantes ancorados no terreno, tanto para fins provisórios como permanente)

- NBR:2007 (Requisitos exigidos para encomenda, fabricação e fornecimento de barras e fios de aço destinados a armaduras para estruturas de concreto armado, com ou sem revestimento superficial)

- NBR 7482:2008 (Requisitos exigíveis para fabricação, encomenda, fornecimento e recebimento de fios de aço de alta resistência, de seção circular, encruados a frio por trelição, com superfície lisa ou entalhada, destinados a armaduras de protensão)

- NBR 7483:2008 (Requisitos exigíveis para fabricação, encomenda, fornecimento e recebimento de cordoalhas de aço de alta resistência de três e sete fios, destinadas a armadura de protensão)

- NBR 7681-1:2013 (Requisitos para a calda e seus materiais constituintes e o procedimento de preparação da calda para a realização dos ensaios)

- NBR 7681-2:2013 (Método para a determinação do índice de fluidez e da vida útil da calda de cimento para injeção pelo funil de Marsh)

7. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DE CONTRATO

7.1 - Fiscalizar o exato cumprimento das Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato.

7.2 - Assegurar o acesso aos empregados da empresa, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar as tarefas.

7.3 - Prestar as informações e esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas.

7.4 - Exercer FISCALIZAÇÃO sobre os registros nas carteiras profissionais, dos empregados da empresa contratada.

7.5 - Relacionar-se com a empresa exclusivamente através de pessoa por ela credenciada.

7.6 - Cumprir e fazer cumprir todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.



7.7 - Ordenar a imediata paralisação, bem como a substituição de empregado da empresa que estiver sem uniforme ou Equipamentos de Proteção Individual - EPIs, que embarçar ou dificultar a sua FISCALIZAÇÃO ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar conveniente.

7.8 - Notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência por eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatada no curso da execução dos serviços, fixando prazos para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela proposta são as mais adequadas.

8. INTEGRAM ESTE ANTEPROJETO, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTE DOCUMENTOS:

A descrição e as características dos serviços a serem executados estão discriminadas nos seguintes documentos, que integram este anteprojeto, que serão utilizados para todos os fins e efeitos: Formulário de Planejamento e Matriz de Risco.



ANEXO II

MATRIZ DE RISCOS

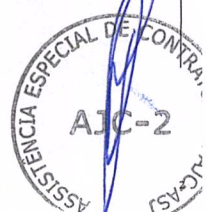


MATRIZ DE RISCOS

Objeto : Contratação de serviços de

ITEM	Categoria do Risco	Descrição do Evento causador do Risco	Consequência na execução do objeto (Risco)	Responsável pelo Tratamento do Risco	Medidas para Tratamento do Risco
1	Ambiental	Não cumprimento ou desconformidade com as condicionantes impostas no licenciamento ambiental.	Atraso no início das obras ou no cronograma de execução	Risco Compartilhado entre Contratante e Contratado	A Administração, por meio do gerenciamento ambiental deve prover todos os estudos, estimando custos correspondentes, bem como deve adotar medidas tempestivas para assegurar o cumprimento dos condicionantes ambientais. A supervisora deve ter o poder de notificar construtora e paralisar serviços. A construtora deve seguir fielmente as especificações dos serviços e cumprir as condicionantes ambientais que sejam seu encargo.
2			Aumento dos custos de execução		
3			Paralisação não prevista dos serviços		
4			Multas ou outras penalidades aplicadas pelos órgãos ambientais		
5			Embargo da obra		
6	Ambiental	Ocorrência de chuvas, alagamentos, geadas, vendavais, raios, granizo ou outros eventos climáticos e ambientais.	Necessidade de refazimento de serviços.	Risco Compartilhado entre Contratante e Contratado	A Administração deve preferencialmente programar a licitação para que a emissão da ordem de serviço inicial ocorra durante o período de estiagem. A construtora deve incorporar nos seus preços eventuais encargos com ocorrências climáticas. A construtora deve procurar concentrar esforços em períodos de estiagem, inclusive prorrogando os turnos de trabalho ou abrindo novas frentes de serviço. Remuneração do risco assumido pelo construtor. Nos períodos chuvosos, a construtora pode atacar atividades menos impactadas pelas chuvas ou providenciar a locação de tendas ou outros dispositivos de proteção para o prosseguimento da obra. O contrato deve prever que o construtor apresente apólice de seguro de risco de engenharia, com validade abrangendo todo o prazo de vigência contratual com cobertura específica para ocorrências climáticas e despesas com desentulho.
7			Alteração do cronograma de execução		
8			Aumento nos custos de construção.		
9			Perda de serviços já executados e/ou materiais estocados no canteiro.		
10			Danos às instalações do canteiro de obra.		
11			Dificuldade de acesso à obra.		
12	Legal	Atraso ou não obtenção das licenças e autorizações diversas para execução da obra	Modificação do custo ou do prazo de execução.	Risco exclusivo do contratado	Solicitação, em tempo hábil, de alvarás de construção, licenças de transporte, autorizações de supressão vegetal etc. Cláusula contratual prevendo a aplicação de penalidades e de rescisão unilateral do contrato.
13			Embargo da obra	Risco exclusivo do contratado	

MATRIZ DE RISCOS					
Objeto : Contratação de serviços de					
ITEM	Categoria do Risco	Descrição do Evento causador do Risco	Consequência na execução do objeto (Risco)	Responsável pelo Tratamento do Risco	Medidas para Tratamento do Risco
14	Engenharia	Deteção de nível de lençol freático diverso do previsto.	Necessidade de realizar ou de alterar o método de esgotamento da vala ou de execução de fundações ou escavações, com a consequente modificação do custo de execução.	Risco exclusivo do contratado	Realização de sondagens Análise dos projetos Remuneração do risco assumido pelo construtor.
15	Engenharia	Acidentes causados por queda de objetos ou de trabalhadores na obra ou desmoronamento das estruturas da obra.	Paralisação das obras ou atraso no cronograma de execução.	Risco exclusivo do contratado	Cumprimento das normas de segurança do trabalho, em especial da NR-18 e da RPT-1. Acompanhamento da obra pelo seu responsável técnico e pela equipe de fiscalização. Contratação de seguro de responsabilidade civil ou de risco e engenharia com cobertura adequada. Execução de tela de proteção, tapumes, guarda-corpos, fechamentos e outros dispositivos de proteção coletiva. fornecimento e EPIs adequados aos trabalhadores. Remuneração do risco assumido pelo construtor.
16			Aumento dos custos.		
17	Engenharia	Acidentes causados por queda de objetos ou de trabalhadores na obra ou desmoronamento das estruturas da obra.	Necessidade de repor os serviços, materiais e equipamentos danificados.	Risco exclusivo do contratado	Cumprimento das normas de segurança do trabalho, em especial da NR-18 e da RPT-1. Acompanhamento da obra pelo seu responsável técnico e pela equipe de fiscalização. Contratação de seguro de responsabilidade civil ou de risco e engenharia com cobertura adequada. Execução de tela de proteção, tapumes, guarda-corpos, fechamentos e outros dispositivos de proteção coletiva. fornecimento e EPIs adequados aos trabalhadores. Remuneração do risco assumido pelo construtor.
18			Responsabilidade civil por danos à propriedade do contratante ou de terceiros.		
19			Indenizações por danos materiais ou morais a eventuais vítimas.	Risco exclusivo do contratado	
20			Condenações na esfera trabalhista.	Risco exclusivo do contratado	
21			Multas, embargos e outras penalidades aplicadas por órgãos de fiscalização.	Risco exclusivo do contratado	
22			Responsabilização penal dos responsáveis técnicos.	Risco exclusivo do contratado	
23	Engenharia	Ocorrência de quaisquer outros eventos na construção que impeçam o cumprimento do prazo ou que aumentem os custos, devido à fatos imputáveis ao construtor	Atrasos do cronograma de execução.	Risco Exclusivo do Contratado	Seguro de Risco de Engenharia. Remuneração do risco assumido pelo construtor. Exigência de Condições de habilitação adequadas. Fiscalização Contratual Atual.
24			Aumento dos custos da obra		
25	Engenharia	Problemas associados à interrupção ou desvio do trânsito.	Descontinuidade da prestação do serviço ao usuário	Risco Exclusivo do Contratado	Contratado deverá propor plano de ataque da obra e simular condições operacionais. Realização de simulações em aplicativos (Google Maps, Waze etc.) sobre as condições do trânsito no trajeto da obra. Execução da obra em turnos noturnos de trabalho ou nos finais de semana. Contratação de seguro de risco de engenharia. Remuneração do risco assumido pelo construtor. Seguro risco de engenharia.
26			Perda de produtividade e aumento do prazo e do custo de execução		
27			Retrabalhos		

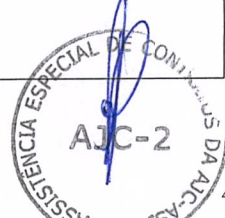


MATRIZ DE RISCOS					
Objeto : Contratação de serviços de					
ITEM	Categoria do Risco	Descrição do Evento causador do Risco	Consequência na execução do objeto (Risco)	Responsável pelo Tratamento do Risco	Medidas para Tratamento do Risco
28	Engenharia	Obsolescência tecnológica, falta de inovação técnica e deficiência de equipamentos.	Não atingimento dos níveis de qualidade desejados	Risco exclusivo do contratado	Uso da contratação integrada. Exigência de garantias contratuais Previsão contratual de aplicação de penalidades. Exigência de seguro risco de engenharia. Exigência de requisitos adequados de habilitação dos licitantes.
29			Aumento de prazo		
30			Aumento dos custos de execução		
31	Engenharia	Atraso na liberação da obra por fatos não imputáveis ao contratado.	Atraso no início da obra e eventual aumento de custos.	Risco Compartilhado entre Contratante e Contratado	Cláusula contratual prevendo revisão do cronograma e/ou recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. Determinação da fiscalização para que a empresa se desmobilize ou ataque outra frente de serviço.
32			Necessidade de desmobilização.		
33	Engenharia	Roubos e furtos de materiais e equipamentos na obra.	Aumento dos custos de execução	Risco exclusivo do contratado	Seguro contra riscos de engenharia. Previsão de posto de vigia no canteiro de obras. Remuneração do risco assumido pelo construtor.
34			Eventuais atrasos para a aquisição de novos bens.		
35			Eventuais danos às instalações do canteiro de obras ou do contratante.		
36	Engenharia	Acidentes ou quebra de máquinas e veículos	Aumento dos custos de execução	Risco exclusivo do contratado	Seguro contra riscos de engenharia. Adoção de plano de manutenção preventiva e corretiva. Remuneração do risco assumido pelo construtor.
37			Atrasos para a aquisição ou reparo dos equipamentos.		
38			Eventuais danos às instalações do canteiro de obras ou do contratante.		
39	Engenharia	Perda ou perecimento de materiais de construção	Aumento dos custos de execução	Risco exclusivo do contratado	Remuneração do risco assumido pelo construtor. Instituição de programa de aquisições de insumos em conformidade com o cronograma da obra.
40			Atrasos ocasionais para a aquisição de novos insumos.		
41			Custos com descarte dos materiais inservíveis.		
42	Engenharia	Atos de vandalismo de empregados ou de terceiros que causem danos às instalações das obras ou aos equipamentos/materiais mobilizados	Aumento dos custos de execução	Risco exclusivo do contratado	Seguro de riscos de engenharia ou de responsabilidade civil. Remuneração do risco assumido pelo construtor.
43			Atrasos do cronograma de execução.		
44			Custos com reparo ou descarte dos itens danificados.		
45			Paralisação das obras ou atraso no cronograma de execução.	Risco exclusivo do contratado	
46			Aumento dos custos.		

MATRIZ DE RISCOS

Objeto : Contratação de serviços de

ITEM	Categoria do Risco	Descrição do Evento causador do Risco	Consequência na execução do objeto (Risco)	Responsável pelo Tratamento do Risco	Medidas para Tratamento do Risco
47	Engenharia	Danos causados por acidentes de trabalho ou por segurança inadequada do canteiro de obras.	Indenizações por danos materiais ou morais a eventuais vítimas.	Risco exclusivo do contratado	<p>Cumprimento das normas de segurança do trabalho, em especial da NR-18 e da RPT-1.</p> <p>Acompanhamento da obra pelo seu responsável técnico e pela equipe de fiscalização.</p> <p>Contratação de seguro de responsabilidade civil ou de risco e engenharia com cobertura adequada.</p> <p>Execução de tela de proteção, tapumes, guarda-corpos, fechamentos e outros dispositivos de proteção coletiva.</p> <p>fornecimento e EPIs adequados aos trabalhadores.</p> <p>Remuneração do risco assumido pelo construtor.</p>
48			Condenações na esfera trabalhista.	Risco exclusivo do contratado	
49			Multas, embargos e outras penalidades aplicadas por órgãos de fiscalização.	Risco exclusivo do contratado	
50			Responsabilização penal dos responsáveis técnicos.	Risco exclusivo do contratado	
51	Engenharia	Prejuízos causados a terceiros devido à realização das obras	Aumento dos custos da obra	Risco exclusivo do contratado	<p>Realização de vistoria cautelar dos imóveis na região da obra.</p> <p>Seguro de Responsabilidade Civil com cobertura adequada.</p>
52			Eventual embargo da obra ou responsabilização da Administração.		
53	Engenharia	Eventos seguráveis caracterizados como força maior ou caso fortuito	Prejuízo a continuidade da obra ou ao regular andamento do cronograma.	Risco exclusivo do contratado	Seguro de Riscos de Engenharia com a cobertura adequada.
54			Aumento dos custos incorridos pelo contratado.		
55			Prejuízo a continuidade da obra ou ao regular andamento do cronograma.	Risco do contratante	Recomposição do Equilíbrio Econômico-Financeiro.
56			Aumento dos custos incorridos pelo contratado.		
57	Engenharia	Prejuízos causados por subcontratados.	Aumento dos custos ou descumprimento dos prazos contratuais.	Risco exclusivo do contratado	<p>Exigência de garantias contratuais</p> <p>Previsão contratual de aplicação de penalidades.</p> <p>Exigência de seguro risco de engenharia.</p> <p>Exigência de requisitos adequados de habilitação dos licitantes.</p> <p>Avaliação, pela equipe de fiscalização, dos pedidos de subcontratação formulados pelo contratado.</p>
58			Eventual necessidade de reparar danos causados a outras instalações do contratante ou de terceiros.		



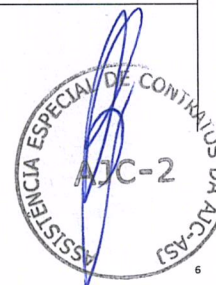
MATRIZ DE RISCOS

Objeto : Contratação de serviços de

ITEM	Categoria do Risco	Descrição do Evento causador do Risco	Consequência na execução do objeto (Risco)	Responsável pelo Tratamento do Risco	Medidas para Tratamento do Risco
59	Engenharia	Ocorrência de greves ou manifestações dos empregados do contratado ou dos subcontratados	Aumento dos custos incorridos pelo construtor.	Risco exclusivo do contratado	Fiscalização administrativa do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias do contratado. Previsão contratual de aplicação de penalidades. O construtor deve cumprir todas as regras trabalhistas e outras previstas nos instrumentos de negociação coletiva do trabalho.
60			Atraso na execução dos serviços.		
61			Eventual interposição de ação trabalhista.		
62	Engenharia	Ocorrência de greves ou manifestações de empregados de terceiros que possam interferir com o andamento da obra, tal como dos setores de transporte público, de órgãos governamentais ou de fornecedores.	Atraso na obra, em virtude do atraso no fornecimento dos materiais ou de falta dos empregados ao trabalho.	Risco Compartilhado entre Contratante e Contratado	Remuneração do risco assumido pelo construtor. Prorrogação contratual.
63			Atraso na obra devido a órgão públicos diversos		
64			Aumento dos custos da obra		
65			Atraso na obra.	Risco do contratante	Pagamento de atualização financeira sobre as faturas em atraso. Reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Prorrogação contratual.
66			Aumento dos custos da obra		
67	Engenharia	Ocorrência de outros eventos que causem o atraso na conclusão da obra ou o aumento do seu custo por culpa do contratado.	Atraso na obra.	Risco exclusivo do contratado	Cláusula contratual prevendo a aplicação de penalidades e de rescisão unilateral do contrato. Remuneração do risco assumido pelo construtor.
68			Aumento dos custos.		
69	Engenharia	Erros e defeitos na execução da obra ensejando reconstrução total ou parcial.	Atraso na obra.	Risco exclusivo do contratado	Cláusula contratual prevendo a aplicação de penalidades e de rescisão unilateral do contrato. Remuneração do risco assumido pelo construtor. Contratação e seguro de risco de engenharia. Acompanhamento da obra por equipe de fiscalização atuante. Contratação de empresa supervisora. Realização do controle tecnológico dos materiais empregados.
70			Aumento dos custos.		
71			Despesas com a demolição e desentulho dos itens defeituosos.		
72			Condenação do contratado, aumentando os custos de execução.	Risco exclusivo do contratado	



MATRIZ DE RISCOS					
Objeto : Contratação de serviços de					
ITEM	Categoria do Risco	Descrição do Evento causador do Risco	Consequência na execução do objeto (Risco)	Responsável pelo Tratamento do Risco	Medidas para Tratamento do Risco
73	Legal	Interposição de ações judiciais contra o construtor e os seus subcontratados por força da execução da obra.	Responsabilização solidária ou subsidiária da administração.	Risco exclusivo do contratado	Remuneração do risco assumido pelo construtor. Cláusula prevendo retenções de pagamentos, no valor da causa, no caso de a administração ser incluída no polo passivo da ação.
74			Paralisação da obra por ordem judicial.	Risco exclusivo do contratado	
75	Geológico	Existência de rochas a serem escavadas com dureza diferente da prevista.	Alteração da classificação da rocha de branda para dura.	Risco exclusivo do contratado	Realizar o levantamento geotécnico, com sondagens rotativas. Remuneração do risco assumido pelo construtor.
76			Modificação do método de desmonte.		
77			Mudança no cronograma e alteração do custo de execução dos serviços.		
78		Diferença nos fatores de empolamento ou contração do solo em relação ao estimado.	Alteração da quantidade de caminhões necessária e dos custos com botas-foras.	Risco exclusivo do contratado	Realização de ensaios de campo. Remuneração do risco assumido pelo construtor. Seguro de riscos de engenharia
79		Mudança dos volumes de escavação, necessidade de tratamentos especiais com maior consumo de aço ou concreto	Modificação do cronograma e/ou do custo de execução	Risco exclusivo do contratado	Remuneração do risco assumido pelo construtor. Seguro de riscos de engenharia
80		Alteração da quantidade de serviços necessários à estabilização de taludes (maior abatimento, por exemplo);	Modificação do cronograma e/ou do custo de execução		
81		Alteração do comprimento ou volume das fundações.	Modificação do cronograma e/ou do custo de execução		
82		Deteção de condições geológicas que ensejem a alteração da solução das fundações previstas no anteprojeto ou projeto básico.	Modificação do cronograma e/ou do custo de execução	Risco do contratante	
83	Projeto	Deteção de interferências não indicadas no anteprojeto	Alteração do traçado/profundidade das redes, com modificação de custos e do prazo de execução.	Risco do contratante	Realização de cadastro de redes por parte do Poder Público.
84			Necessidade de remanejar as interferências.		
85	Legal	Interposição de ações judiciais contra o contratante por conta da realização da obra por fatores atribuíveis ao contratado.	Encargos administrativos do órgão contratante para se defender no processo e perdas decorrentes de sentenças judiciais.	Risco exclusivo do contratado	Cláusula contratual prevendo a retenção de parte dos pagamentos devidos ao contratado no caso do contratante ser acionado judicialmente por fatores imputáveis ao contratado. Exigência de garantias de execução contratual.
86	Legal	Rescisão ou anulação do contrato por fatores atribuíveis ao contratante.	Frustração de receitas futuras do construtor.	Risco do contratante	Cláusula específica sobre rescisão e anulação contratual, dispondo sobre os critérios para reembolso dos custos incorridos pelo contratado.
87	Legal	Risco de rescisão ou anulação do contrato por fatores atribuíveis ao construtor	Custos administrativos para realização de nova licitação/contratação.	Risco exclusivo do contratado	Cláusula contratual prevendo a aplicação de penalidades e de rescisão unilateral do contrato. Cláusula contratual prevendo a imputação ao contratado de quaisquer outras perdas e danos da Administração em virtude da rescisão contratual por culpa do contratado. Exigência de garantias contratuais.
88			Possível perecimento dos serviços executados.		
89			Postergação da conclusão da obra		
90	Liquidez	Problemas de liquidez financeira do construtor ou de subcontratados.	Custos administrativos para realização de nova licitação/contratação.	Risco exclusivo do contratado	Cláusula contratual prevendo a aplicação de penalidades e de rescisão unilateral do contrato. Cláusula contratual prevendo a imputação ao contratado de quaisquer outras perdas e danos da Administração em virtude da rescisão contratual por culpa do contratado. Exigência de garantias contratuais.
91			Possível perecimento dos serviços executados.		
92	Orçamento	Erro na estimativa de custo da obra, inclusive os decorrentes de omissão de serviços no orçamento e de previsões insuficientes de quantitativos de serviços, ou, ainda, previsão de preços unitários subestimados.	Alteração da lucratividade prevista	Risco exclusivo do contratado	Seguro contra riscos de engenharia. Remuneração do risco assumido pelo construtor. Análise criteriosa do projeto e do orçamento.
93			O projeto básico elaborado pelo contratado não é aprovado pela Administração ou por outros órgãos licenciadores.		



MATRIZ DE RISCOS

Objeto : Contratação de serviços de

ITEM	Categoria do Risco	Descrição do Evento causador do Risco	Consequência na execução do objeto (Risco)	Responsável pelo Tratamento do Risco	Medidas para Tratamento do Risco
94	Projeto	Não atendimento dos requisitos e parâmetros mínimos de performance estabelecidos no anteprojeto.	Necessidade de refazer o projeto.	Risco exclusivo do contratado	Cláusula contratual prevendo a aplicação de penalidades e de rescisão unilateral do contrato. Acompanhamento da obra por equipe de fiscalização atuante. Contratação de empresa supervisora. Estabelecimento de requisitos de habilitação de licitantes adequados.
95			Aumento dos custos da obra		
96			Atrasos do cronograma de execução.		
97	Projeto	Inadequação para provimento dos serviços na qualidade, quantidade e custo.	Aumento dos custos de implantação e inadequação dos serviços.	Risco exclusivo do contratado	Uso da Contratação integrada – responsabilidade da solução de engenharia do contratado. Remuneração do risco
98	Projeto	Atraso na elaboração dos projetos básicos e/ou executivo, gerando custos adicionais.	Atraso na execução do objeto contratual.	Risco exclusivo do contratado	Exigência de garantia contratual ou seguro garantia Cláusula contratual prevendo a aplicação de penalidades e de rescisão unilateral do contrato.
99		Não aprovação dos projetos pelo contratante.	Atraso na execução do objeto contratual.		
100			Custos adicionais com o refazimento dos projetos.		
101	Projeto	Erros nos projetos elaborados pelo contratado.	Atraso na execução do objeto contratual.	Risco exclusivo do contratado	Cláusula contratual impondo a correção dos erros por conta do contratado. Exigência da garantia contratual Cláusula contratual prevendo a aplicação de penalidades e de rescisão unilateral do contrato.
102			Custos adicionais associados com o refazimento dos projetos.		
103	Orçamento	Erro na estimativa de prazo da obra.	Atraso na execução do objeto contratual.	Risco exclusivo do contratado	Seguro contra riscos de engenharia. Remuneração pelo risco assumido.
104	Engenharia	Perda excessiva de concreto	Aumento dos custos de execução	Risco exclusivo do contratado	Remuneração pelo risco assumido. Incorporar um percentual de perdas nas composições de custo unitário dos serviços.
105		Desmoronamento subterrâneo na frente de escavação	Aumento de custo e atraso devido à ocorrência de desmoronamento da frente de trabalho enquanto se procede à escavação. Normalmente devido à falta de capacidade de suporte do terreno		Relatórios de reconhecimentos geológicos. Análise visual (inspeção) da frente de trabalho, por geólogo experimentado. Cartografia geológica / geotécnica da frente de escavação. Existência de uma metodologia e controle por cada avanço a realizar. Monitorização das convergências. Adequado saneamento da frente antes do início da colocação do suporte para avanço. Exigência de seguro de risco de engenharia.
106	Engenharia	Danos às propriedades vizinhas da obra por recalques do solo	Aumento dos custos de execução	Risco exclusivo do contratado	Instrumentação e monitoramento dos recalques. Levantamento inicial e detalhado da situação das propriedades.
107			Paralisação da obra por ações judiciais ou por órgãos de fiscalização.		
108			Pagamento de indenizações.		
109			Aplicação de multas e sanções pelos órgãos competentes.		



Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Niterói, 19 de novembro de 2019

FRANCISCO VIÉGAS
Diretor-Presidente

PORTARIA PR-Nº 241 DE 19 DE NOVEMBRO 2019

DESIGNA SERVIDORES PARA OS FINS QUE MENCIONA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - IO, Empresa Pública vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO o Encerramento do Exercício Financeiro do ano de 2019 de acordo com o Decreto nº 46.816/2019 e a Instrução Administrativa nº 002/2019,

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Comissão com os empregados, abaixo relacionados, e sob a presidência do primeiro, para proceder ao levantamento dos bens existentes no Almoarifado Setorial, desta empresa, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do dia 20.12.2019: JORGE FONTELES DE MOURA, Assessor Chefe da Auditoria, mat. 1658, MARCELO PEREZ GRISOLI, Chefe da Divisão Financeira, mat. 1843, SAMUEL ANTUNES DOS SANTOS, Chefe da Seção de Almoarifado, mat. 501.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Niterói, 19 de novembro de 2019

FRANCISCO VIÉGAS
Diretor-Presidente

PORTARIA PR-Nº 242 DE 19 DE NOVEMBRO 2019

DESIGNA SERVIDORES PARA OS FINS QUE MENCIONA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - IO, Empresa Pública vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO o Encerramento do Exercício Financeiro do ano de 2019 de acordo com o Decreto nº 46.816/2019 e a Instrução Administrativa nº 002/2019,

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Comissão com os empregados, abaixo relacionados, e sob a presidência do primeiro, para proceder a contagem do estoque do Almoarifado Geral, desta empresa, para fins de Balanço, referente ao Encerramento do Exercício Financeiro, no prazo de 30 dias, a contar do dia 20 de dezembro de 2019: JORGE FONTELES DE MOURA, Assessor Chefe da Auditoria, mat. 1658, MARCELO PEREZ GRISOLI, Chefe da Divisão Financeira, mat. 1843, SAMUEL ANTUNES DOS SANTOS, Chefe da Seção de Almoarifado, mat. 501.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Niterói, 19 de novembro de 2019

FRANCISCO VIÉGAS
Diretor-Presidente

PORTARIA PR-Nº 243 DE 19 DE NOVEMBRO 2019

DESIGNA SERVIDORES PARA OS FINS QUE MENCIONA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - IO, Empresa Pública vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no Processo nº E-12/079/582/2019,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar MARIANA GOMES LEÃO, Assessora de Comunicação, mat. 1958, SÉRGIO ANDRÉ CLEMENTINO DE CASTRO PESSOA, Chefe do Serviço de Atividades Auxiliares, mat. 1947, MIGUEL RIBEIRO BAPTISTA, Chefe da Seção de Apoio Administrativo, mat. 658, para, sob a presidência da primeira, constituírem Comissão com o objetivo de fiscalizar o Contrato Múltiplo de Prestação de Serviços e Venda de Produtos, firmado com a EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Niterói, 19 de novembro de 2019

FRANCISCO VIÉGAS
Diretor-Presidente

PORTARIA PR-Nº 244 DE 19 DE NOVEMBRO 2019

EXONERA SERVIDOR QUE MENCIONA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - IO, Empresa Pública vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar VITOR BATISTA HERRERIAS, matrícula 1855, do Cargo de Confiança de Assessor Jurídico, símbolo CC-02, desta Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Niterói, 19 de novembro de 2019

FRANCISCO VIÉGAS
Diretor-Presidente

PORTARIA PR-Nº 245 DE 19 DE NOVEMBRO 2019

EXONERA SERVIDOR QUE MENCIONA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - IO, Empresa Pública vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar SÉRGIO GUILHERME POLICIANO SOARES, matrícula 1848, do Cargo de Confiança de Assistente de Diretoria, símbolo CC-03, desta Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Niterói, 19 de novembro de 2019

FRANCISCO VIÉGAS
Diretor-Presidente

PORTARIA PR-Nº 246 DE 19 DE NOVEMBRO 2019

NOMEIA SERVIDOR PARA OS FINS QUE MENCIONA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - IO, Empresa Pública vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear CLAUDIA MOTTA AZÊDO, para exercer o Cargo de Confiança de Assessora Jurídica, símbolo CC-02, desta Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Niterói, 19 de novembro de 2019

FRANCISCO VIÉGAS
Diretor-Presidente

PORTARIA PR-Nº 247 DE 19 DE NOVEMBRO 2019

NOMEIA SERVIDOR PARA OS FINS QUE MENCIONA.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - IO, Empresa Pública vinculada à Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear VITOR BATISTA HERRERIAS, matrícula 1855, para exercer o Cargo de Confiança de Assistente de Diretoria, símbolo CC-03, desta Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, anteriormente ocupado por Sérgio Guilherme Policiano Soares.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Niterói, 19 de novembro de 2019

FRANCISCO VIÉGAS
Diretor-Presidente

Id: 2221117

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DESPACHO DO DIRETOR
DE 18/11/2019

PROC. Nº E-01/906152/86 - EDUARDO PIRES GAMELEIRO - Programador de Produção, Documentação e Desenvolvimento de Sistemas, matrícula nº 292.370-4 - AUTORIZO a contagem em dobro de 210 (duzentos e dez) dias de licença prêmio não gozadas, para fins de aposentadoria, de acordo com o disposto no art. 80, inciso VII, do Decreto nº 247/79, correspondente aos períodos de 16/09/81 a 14/09/86, publicado no D.O. de 20/02/87; 15/09/86 a 13/09/91, publicado no D.O. de 11/12/91 e de 14/09/91 a 22/09/96, publicado no D.O. de 06/12/96, totalizando 420 (quatrocentos e vinte) dias de efetivo exercício.

Id: 2221611

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DESPACHO DO DIRETOR
DE 18/11/2019

PROC. Nº SEI-12/211/000199/2019 - DANIEL ROSADO CARNEIRO, Analista de Sistemas e Métodos, matrícula nº 293.479-2 - ANOTE-SE, para fins de aposentadoria, com base no art. 9, Parágrafo Único da Lei 530/82, o tempo de serviço prestado em Regime de Previdência Social no período de 01/12/1985 a 01/12/1986 e de 23/02/1987 a 30/09/1987, totalizando 583 dias de efetivo exercício.

Id: 2221783

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 18/11/2019

DESIGNA ADÃO JESUS DO COUTO BRITO, Agente de Saneamento D, como membro titular e DULCINEIA DA ROCHA FREITAS, Agente Administrativo F, como membro suplente, Gerente do Contrato LEONARDO CORREIA SÁ, Assessor Técnico e JORGE LUIS GOMES CAMPOS, Agente de Saneamento G, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização, destinada à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO PARA SISTEMA DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO PARA O SITE SANTANA - LOCALIZADO NA RUA DE SANTANA, 235 - CENTRO - RIO DE JANEIRO - RJ, CONSIDERANDO ATENDIMENTO A NORMA TÉCNICA VIGENTE de que trata o Processo nº E-07/100.679/2019, Ordem de Serviço P/FIS nº 26.728-00/2019.

Id: 2221833

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 18/11/2019

DESIGNA ANDREA SERQUEIRA DE FARIAS, Agente Administrativo E, como Presidente, ELISEU LAGOS SOARES, Agente de Saneamento G, ANDREA GUIMARÃES OLIVEIRA DE LIMA, Agente Administrativo E e FABIANA DE FREITAS INACIO BARROS DA SILVA, Agente Administrativo E, como membros titulares e LUCIANO SILVA DE SOUSA, Administrativo E, como membro suplente, Gerente do Contrato JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Assessor de Diretoria e VALDECI FRANCISCO BARACHO, Agente de Saneamento G, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada a "ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES DE NÍVEL MÉDIO SUPERIOR", de que trata o Processo nº E-17/100.417/2016, Ordem de Serviço P/FIS nº 26.641-01/2019 - Revoga O.S. P/FIS nº 26.641-00/2019.

Id: 2221698

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 18/11/2019

DESIGNA ADÃO JESUS DO COUTO BRITO, Agente de Saneamento D, como membro titular e DULCINEIA DA ROCHA FREITAS, Agente Administrativo F, como membro suplente, Gerente do Contrato LEONARDO CORREIA SÁ, Assessor Técnico e JORGE LUIS GOMES CAMPOS, Agente de Saneamento G, como suplente, para compor a

Comissão de Fiscalização destinada a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE AR CONDICIONADO PARA O SITE SANTANA - LOCALIZADO NA RUA DE SANTANA, 235 - CENTRO - RIO DE JANEIRO - RJ, CONSIDERANDO ATENDIMENTO A NORMA TÉCNICA VIGENTE", de que trata o Processo nº E-07/100.680/2019, Ordem de Serviço P/FIS nº 26.731-00/2019.

Id: 2221999

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 18/11/2019

DESIGNA ADÃO JESUS DO COUTO BRITO, Agente de Saneamento D, como membro titular e DULCINEIA DA ROCHA FREITAS, Agente Administrativo F, como membro suplente, Gerente do Contrato LEONARDO CORREIA SÁ, Assessor Técnico e JORGE LUIS GOMES CAMPOS, Agente de Saneamento G, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada a "CONTRATAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE AR CONDICIONADO, PARA AS SALAS DE DIRETORES E PRESIDENTE, LOCALIZADO NO SITE SEDE - LOCALIZADO NA AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 2655 - CIDADE NOVA - RIO DE JANEIRO - RJ", de que trata o Processo nº E-07/100.714/2019, Ordem de Serviço P/FIS nº 26.732-00/2019.

Id: 2221900

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 12/11/2019

DESIGNA PAULO MARCOS DOS REIS CHAGAS, Agente Administrativo F, como Presidente, GILSON IVO DE OLIVEIRA, Agente de Saneamento F e RENATO FAGUNDES LEAL, Técnico de Saneamento II, como membros titulares e LUIS ANTONIO SIMÕES PEREIRA, Agente de Saneamento G, como membro suplente, Gerente do Contrato LUIZ CLARKSON LEBREIRO, Engenheiro E e CERES REGINA DE SANTA ROSA, Técnico Eletromecânica II, como suplente para compor a Comissão de Fiscalização destinada à "RECUPERAÇÃO EMERGENCIAL DO MURO DE CONTENÇÃO SITUADO À RUA CLEUDES DA SILVA, 112", de que trata o Processo nº E-07/100.450/2019, Ordem de Serviço P/FIS nº 26.713-00/2019.

Id: 2221960

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 14/11/2019

PROCESSO Nº E-17/100.209/2015 - RECONHEÇO A DÍVIDA, no valor total de R\$ 136.090,40 (cento e trinta e seis mil noventa reais e quarenta centavos), em favor da ALLIANZA INFRAESTRUTURAS DO BRASIL S.A., referente à EXECUÇÃO DE OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DO NOVO BARRILETE E DA CHAMINÉ DE EQUILÍBRIO DA ELEVADORIA DE ESGOTOS SANITÁRIOS DE ANDRÉ AZEVEDO.

Id: 2221832

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 18/11/2019

PROCESSO Nº E-07/100.460/2018 - HOMOLOGO a licitação por Pregão Eletrônico nº 330/2019 - ADPR-31, realizado em 17/10/2019.

Id: 2221897

Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

APÓSTILA DO SUBSECRETARIO
DE 19/11/2019

2º TERMO ADITIVO Nº 004/2018 - Celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro, pela Secretaria de Estado de Governo e Relações Institucionais, e a EMPRESA VELOZ TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA., que tem por objeto a locação de 15 (dez) veículos tipo hatch, para atender as demandas da Operação Contorno Presente - OCP, publicado no dia 19.09.2019, no D.O. no que tange ao valor do termo:

Onde se lê:
CLÁUSULA QUARTA (Do Valor do Termo Aditivo e do Contrato): Dá-se ao termo aditivo o valor de R\$ 10.610,90 (dez mil e seiscentos e dez reais e noventa centavos), totalizando o contrato o valor de R\$ 985.571,38 (trezentos e noventa e oito mil e quinhentos e setenta e um reais e trinta e oito centavos).

Leia-se:
CLÁUSULA QUARTA (Do Valor do Termo Aditivo e do Contrato): Dá-se ao termo aditivo o valor de R\$ 18.987,91 (dezoito mil e novecentos e oitenta e sete reais e noventa e um centavos), totalizando o contrato o valor de R\$ 406.948,39 (quatrocentos e seis mil e novecentos e quarenta e oito reais e trinta e nove centavos).

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no contrato administrativo.

Id: 2221905

Secretaria de Estado de Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
JUNTA DE REVISÃO FISCAL
ATO DA PRESIDENTE

PORTARIA JRF Nº 128 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2019

DESIGNA ALESSANDRO DO CARVALHO, SECRETÁRIO-GERAL DA JUNTA DE REVISÃO FISCAL.

A PRESIDENTE DA JUNTA DE REVISÃO FISCAL, no uso de suas atribuições, com fundamento nos incisos I e VI, do art. 20 do Regulamento Interno da Junta de Revisão Fiscal, aprovado pela Resolução SER nº 023, de 16 de maio de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º da Portaria JRF nº 114, de 14 de março de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Designar as Analistas da Fazenda Estadual ANA CAROLINA LOPES BERNARDINO, ID 5019555-3, e KARINE NASCIMENTO S. VENÂNCIO, ID 4419154-5, para assessorar o Secretário-Geral da Junta de Revisão Fiscal no desempenho de suas atribuições."

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 2019

MICHELE DE SOUZA RIBEIRO

Presidente da Junta de Revisão Fiscal

Id: 2221702

CORREGEDORIA TRIBUTÁRIA DE CONTROLE EXTERNO

ATA DA 361ª SESSÃO DO COLEGIADO

No dia 18 do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, às 11h00min, reuniu-se na sede da Corregedoria Tributária de Controle Externo - CTCE, na Rua Buenos Aires, nº 68, 4º andar, nesta Capital, os membros do Colegiado da CTCE, o Procurador do Estado PAULO ENRIQUE MAINIER DE OLIVEIRA, o Advogado EDUARDO BOTELHO KIRALYHEGY - OAB-RJ 114.461; e o Auditor Fiscal da Receita Estadual ALVARO MARQUES NETO. Aberta a sessão, foram dadas boas vindas ao novo membro do Colegiado com desejos de uma atuação justa. Foi feito um agradecimento à atuação do Auditor Fiscal GILSON DE SÁ REBELLO. Em seguida, foi dada ciência da edição do Decreto nº 46.823, de 8 de novembro de 2019, que dispõe sobre a estrutura e competências da Corregedoria Tributária de Controle Externo e da Corregedoria Setorial da SEFAZ-RJ, bem como

**Secretaria de Estado da
Casa Civil e Governança**

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 18/2019.
PARTES: IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e a empresa RAGASA CONSTRUTORA LTDA.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva de ar condicionado, incluindo materiais e equipamentos necessários, conforme especificado nos autos do Processo IOERJ nº E-12/079/738/2019.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 13.860,00 (treze oitocentos e sessenta reais). Programa de Trabalho: 2151.22.122.0002.2016. Natureza da Despesa: 00100.3104.017.
PRAZO: Vigência de 6 (seis) meses, conforme a cláusula segundo do instrumento subordinao.
DATA DE ASSINATURA: 14/11/2019.
FUNDAMENTO: Art. 29, inciso II, da Lei Federal nº 13.303/16.
PROCESSO IO Nº E-12/079/738/2019.

Id: 2222069

**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 139/2019 (DRM).
PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a CONSTRUEDE CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIREL.
OBJETO: "RECUPERAÇÃO EMERGENCIAL DO MURO DE CONTENÇÃO SITUADO À RUA CLEUDE DA SILVA, 112".
PRAZO: 120 (cento e vinte) dias.
VALOR: R\$ 498.334,77 (quatrocentos e noventa e oito mil trezentos e trinta e quatro reais e setenta e sete centavos).
DATA DE ASSINATURA: 18/11/2019.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-07/100.450/2019 - Dispensa de Licitação nº 009/2019 (DRM).

Id: 2221961

**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E GOVERNANÇA
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÕES**

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 656/2019 - ADPR-31.
OBJETO: MANUTENÇÃO EM SISTEMA DE REGISTRO DE FREQUÊNCIA E CONTROLE DE ACESSO.

A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica que se encontra à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br ou www.cedae.com.br/licitacao, a Errata 01, com as alterações efetuadas no Edital do Pregão Eletrônico em epígrafe e comunica, ainda, que a licitação teve sua data de realização adiada para o dia 03/12/2019, às 15 horas, no mesmo local anteriormente divulgado.

Id: 2222051

Secretaria de Estado de Fazenda
**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

"INSTRUMENTO: 1º Termo Aditivo ao Termo de Compromisso de Estágio nº 001/2019.
PARTES: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, a estudante INGRID FERREIRA COUTINHO e a UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ.
OBJETO: O presente termo tem por objeto a prorrogação do Termo de Compromisso de Estágio nº 001/2019, por mais 06 (seis) meses, contados a partir de 13/11/2019.
VALOR: R\$ 3.960,00 (três mil novecentos e sessenta reais).
PROGRAMA DE TRABALHO: 2001.04.122.0002.2.016.
NATUREZA DA DESPESA: 3990.35.08.
DATA DA ASSINATURA: 11/11/2019.
FUNDAMENTO: Lei nº 11.788/08.
PROCESSO Nº E-04/182/5/2019.
*Omitido no D.O. de 12/11/2019.

Id: 2221966

**SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
AUDITORIA FISCAL ESPECIALIZADA DE ITD - AFE 08**

O AUDITOR FISCAL CHEFE DA AUDITORIA-FISCAL ESPECIALIZADA DE ITD, uso de suas atribuições legais, intima o contribuinte, abaixo relacionado, a comparecer, no prazo de 20 dias, ao Cartório da repartição fiscal, para cumprir as exigências constantes nos autos do respectivo processo administrativo, sob pena de imediata inscrição em Dívida Ativa do crédito tributário devido.

NOME: OSWALDO RIBEIRO
CPF: 379.211.427-53
Processo nº E-04/041/983/2019

Id: 2221714

**SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
AUDITORIA-FISCAL REGIONAL DE DUQUE DE CAXIAS
AFR-17.01**

EDITAL

O AUDITOR FISCAL CHEFE REGIONAL da AFR 17.01 - Duque de Caxias, no uso de suas atribuições legais, vem solicitar o comparecimento dos contribuintes responsáveis pelos CPFs, abaixo citados, no prazo de 05 (cinco) dias, a partir da data desta publicação. Os processos encontram-se na sede desta repartição fiscal, localizada na Rua Dom Walmar n.º 383 3º Andar - Centro, Nova Iguaçu.

Processo nº E-04/016/2931/2016
Nome: Therezinha Barbosa
Inscrição no CPF nº 111.216.297-68
Assunto: ITD
Endereço: Rua, Barão de Itapagipe n.º 401- bl. 01 - ap 408 - Tijuca - RJ.

Processo nº E-04/016/1597/2016
Nome: Rita Murilo Fragoes Jobim
Inscrição no CPF nº 090.000.627-72
Assunto: ITD
Endereço: Rua, Visconde de Itaipua n.º 4 lt. 5 - qd. 37 j. Primavera - d. Caxias - RJ.

Processo nº E-04/016/1754/2017
Nome: Nádia Maria Prado de Mello
Inscrição no CPF nº 427.447.687-10
Assunto: ITD
Endereço: Rua, Dias da Cruz nº 155 apt. 308 - Méier- RJ.

Processo nº E-04/016/1494/2017
Nome: Joelo de Jesus
Inscrição no CPF nº 553.975.307-00
Assunto: ITD
Endereço: Rua: General Mitr nº 115 - 25 de Agosto - Duque de Caxias - RJ.

Processo nº E-04/016/100386/2018
Nome: Gisele Nobrega da Silva Santos
Inscrição no CPF nº 096.649.247-17
Assunto: ITD
Endereço: Rua, Prudente de Moraes nº 861 cs. 3 - Vila Itamaraty - Duque de Caxias - RJ.

Id: 2221975

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA
SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO**

EDITAL

OS CONTRIBUÍNTES, abaixo, ficam cientificados da lavratura dos autos de infração por infringência à legislação do ICMS. O pagamento dos créditos tributários reclamados deverão ser efetuados no prazo de 30 (trinta) dias da ciência dos autos de infração, que se considera feita 15 (quinze) dias após a publicação deste edital, com redução do valor da multa de 50% (cinquenta por cento). Em caso de discordância, no mesmo prazo, os contribuintes poderão apresentar impugnação aos autos de infração. Os processos administrativos respectivos encontram-se à disposição dos interessados nos endereços das respectivas repartições fiscais. Número de controle 242/2019.

REPARTIÇÃO FISCAL

AFR - 24.01 - MACAÉ

Rua Teixeira de Gouveia, 424, Centro - CEP 27910-110 Macaé - RJ

LUIZ CELSO TANOS DE SOUZA
CPF 95.195.377-08 - Processo nº E-04/211/01278/2019
Auto de Infração nº 03.600158-4, de 22/08/2019
Valor reclamado: R\$ 4.720,98.

REPARTIÇÃO FISCAL

AFR - 42.01 - RESENDE

Av. Mal Castelo Branco, 381 - Térrejoardim Tropical - CEP 27541-220Resende - RJ

MARCOS SANTOS SILVA
CPF 86.469.767-85 - Processo nº E-04/211/01872/2019
Auto de Infração nº 03.593791-1, de 10/09/2019
Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

REPARTIÇÃO FISCAL

PCF - 99.12 - 01 NHANGAPI

Rodovia Presidente Dutra, Km 324, CEP 27580-000 Itaiaia - RJ

A D DIAS TRANSPORTES
CNPJ 2.884.318/0001-08 - Processo nº E-04/211/019349/2019
Auto de Infração nº 03.602231-7, de 18/09/2019
Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

A.H.S. FARIAS FRUTOS DO MAR
CNPJ 34.466.533/0001-85 - Processo nº E-04/211/017618/2019
Auto de Infração nº 03.599345-0, de 28/08/2019
Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

ASTUTI TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA
CNPJ 5.561.238/0001-24 - Processo nº E-04/211/016329/2019
Auto de Infração nº 03.599167-8, de 08/08/2019
Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

BRINKS SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA
CNPJ 60.860.087/0001-07 - Processo nº E-04/211/005991/2019
Auto de Infração nº 03.599388-2, de 14/03/2019
Valor reclamado: R\$ 194.695,07.

D.A.S. LAPAS TRANSPORTES EIRELI
CNPJ 36.202.034/0002-97 - Processo nº E-04/211/020426/2019
Auto de Infração nº 03.602878-5, de 05/10/2019
Valor reclamado: R\$ 3.916,60.

DIRECIONAL TRANSPORTE E LOGISTICA S/A
CNPJ 8.219.203/0011-57 - Processo nº E-04/211/020540/2019
Auto de Infração nº 03.602880-5, de 07/10/2019
Valor reclamado: R\$ 1.810,75.

GRAMADO ARTES COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME
CNPJ 71.618.391/0001-50 - Processo nº E-04/211/019614/2019
Auto de Infração nº 03.602802-5, de 21/09/2019
Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

J.D. DA SILVA TRANSPORTES
CNPJ 9.386.634/0001-07 - Processo nº E-04/211/020439/2019
Auto de Infração nº 03.603733-1, de 04/10/2019
Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

M DA SILVA SANTOS TULA
CNPJ 5.928.299/0001-62 - Processo nº E-04/211/020912/2019
Auto de Infração nº 03.602237-4, de 11/10/2019
Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

MANUELA COSTA FILGUEIRAS ME
CNPJ 27.760.882/0002-20 - Processo nº E-04/211/020370/2019
Auto de Infração nº 03.603661-4, de 03/10/2019
Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

R. E. FILHO TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS EIRELI
CNPJ 11.168.189/0001-42 - Processo nº E-04/211/019561/2019
Auto de Infração nº 03.603364-6, de 21/09/2019
Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

RODOVIÁRIO TRES GERACIOS TRANSPORTES LTDA
CNPJ 7.141.453/0001-87 - Processo nº E-04/211/020551/2019
Auto de Infração nº 03.603308-2, de 07/10/2019
Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

TRANSPORTES MARES DO SUL LTDA ME
CNPJ 83.066.159/0001-36 - Processo nº E-04/211/016359/2019
Auto de Infração nº 03.599376-5, de 08/08/2019
Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

T&T COMERCIAL E INDUSTRIAL DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ 4.227.774/0001-00 - Processo nº E-04/211/017625/2019
Auto de Infração nº 03.600763-1, de 28/08/2019
Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

VIA BRASIL TRANSAEREO TRANSPORTES LTDA.
CNPJ 11.596.298/0001-60 - Processo nº E-04/211/019555/2019
Auto de Infração nº 03.602362-0, de 21/09/2019
Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

REPARTIÇÃO FISCAL

PCF - 99.13 - 02 MORRO DO COCO
Funcionando Em Local Provisório

ARILSON FOESCH
CPF 130.794.167-24 - Processo nº E-04/211/016522/2019
Auto de Infração nº 03.599050-6, de 11/08/2019
Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

CAL CENTRAL LTDA
CNPJ 3.769.147/0001-39 - Processo nº E-04/211/020612/2019
Auto de Infração nº 03.603667-9, de 07/10/2019
Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

MAXPOL INDUSTRIA E COMERCIO DE ARGAMASSA E REVESTIMENTOS LTDA
CNPJ 1.857.766/0001-50 - Processo nº E-04/211/017549/2019
Auto de Infração nº 03.600217-8, de 27/08/2019
Valor reclamado: R\$ 3.661,14.

METALURGICA DAVI BRASIL EIRELI
CNPJ 17.189.023/0001-99 - Processo nº E-04/211/017581/2019
Auto de Infração nº 03.576584-1, de 27/08/2019
Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

OSWALDO SALAMAJA JUNIOR CEREALIS EIRELI
CNPJ 19.674.907/0001-64 - Processo nº E-04/211/020681/2019
Auto de Infração nº 03.603425-4, de 08/10/2019
Valor reclamado: R\$ 2.432,04.

WALTER MAUKOSKI
CNPJ 22.621.333/0001-70 - Processo nº E-04/211/019146/2019
Auto de Infração nº 03.602312-5, de 16/09/2019
Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

REPARTIÇÃO FISCAL

PCF - 99.19 - 04 LEVY GASPARIAN
Rua Anísio Torres 1 (Prox. Rod. Br 040 Km 6,5) Comendador Levi Gasparian, RJ CEP 25870-000

TG RIO SUL TRANSPORTES LTDA
CNPJ 5.388.274/0001-13 - Processo nº E-04/211/017821/2019
Auto de Infração nº 03.600971-0, de 30/08/2019
Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

TRANSPORTADORA CONTAGEM
CNPJ 65.246.233/0001-14 - Processo nº E-04/211/020429/2019
Auto de Infração nº 03.602508-8, de 05/10/2019
Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

Id: 2221694

EDITAL

O CONTRIBUÍTE, abaixo, fica notificado do cancelamento de ofício do auto de infração, pelo motivo constante do processo administrativo, o qual se encontra à disposição do interessado no endereço da respectiva repartição fiscal. Número de controle 243/2019.

REPARTIÇÃO FISCAL

AFE - 00.01 - BARREIRAS, TRANSITO E TRANSPORTES
Av. Presidente Vargas, 670/ 2º andar - Centro - CEP 20.071-001
Rio de Janeiro - RJ

PRO-CARDIACO PRONTO SOCORRO CARDIOLOGICO S/A
CPF - - - - - Processo nº E-04/000/18077/1999
Auto de Infração nº 02.002629-0, de 27/12/1999
Valor reclamado: R\$ 2.609.711,53.

Id: 2221695

EDITAL

O CONTRIBUÍTE, abaixo, fica cientificado da decisão proferida pelo Conselho de Contribuintes, a qual recusou total ou parcialmente os recursos interpostos, mantendo a exigência total ou parcial do crédito tributário reclamado no auto de infração respectivo. O pagamento do crédito tributário reclamado deverá ser feito no prazo de 30 (trinta) dias dessa ciência, que se considera feita 15 (quinze) dias após a publicação deste edital. Neste prazo cabe a redução de 10 % (dez por cento) do valor da multa. No prazo de 15 (quinze) dias da ciência dessa decisão, ressalvadas as restrições do artigo 105 da Resolução SEFCON nº 5.927/2001, cabe recurso ao Conselho Pleno. O não pagamento ou recurso implica a imediata inscrição em dívida ativa e execução judicial do débito. O processo administrativo respectivo, contendo o inteiro teor dos despachos mencionados acima, encontra-se à disposição do interessado no endereço da respectiva repartição fiscal. Número de controle 244/2019.

REPARTIÇÃO FISCAL

AFR - 17.01 - DUQUE DE CAXIAS
Av. Doutor Manuel Teles, Nº 77, SJ Centro - CEP 25010-090
Duque de Caxias - RJ

FERRUGEM SERVICOS DE TRANSPORTES LTDA ME
Inscrição Estadual 76.110.824 - Processo nº E-04/014/001070/2013
Auto de Infração nº 04.048921-3, de 20/06/2013
Valor reclamado: R\$ 100.839,04.

Id: 2221696

EDITAL

OS CONTRIBUÍNTES, abaixo, ficam cientificados da lavratura dos autos de infração por infringência à legislação do ICMS. O pagamento dos créditos tributários reclamados deverão ser efetuados no prazo de 30 (trinta) dias da ciência dos autos de infração, que se considera feita 15 (quinze) dias após a publicação deste edital, com redução do valor da multa de 50% (cinquenta por cento). Em caso de discordância, no mesmo prazo, os contribuintes poderão apresentar impugnação aos autos de infração. Os processos administrativos respectivos encontram-se à disposição dos interessados nos endereços das respectivas repartições fiscais. Número de controle 245/2019.

REPARTIÇÃO FISCAL

AFR - 10.01 - CAMPOS DOS GOYTACAZES
Av. Alberto Torres, 82, Centro - CEP 28010-117
Campos dos Goytacazes - RJ

CLENILSON DA SILVA VIANA
CPF 17.772.317-36 - Processo nº E-04/211/016213/2019
Auto de Infração nº 03.599502-6, de 06/08/2019
Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

JEFFERSON PATRICIO SOUZA
CPF 37.198.834-93 - Processo nº E-04/211/016833/2019
Auto de Infração nº 03.599805-4, de 15/08/2019
Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

REPARTIÇÃO FISCAL

AFR - 20.01 - ITAGUAI
Rua Dr. Curvelo Cavalcanti, 164 - Fundos Centro - CEP 23810-200
Itaguaí - RJ

ANDERSON LUIS CABRAL DOS SANTOS
CPF 72.223.527-59 - Processo nº E-04/211/018195/2019
Auto de Infração nº 03.599597-6, de 04/09/2019
Valor reclamado: R\$ 1.539,50.

REPARTIÇÃO FISCAL

AFR - 33.01 - NITERÓI
Rua Marques de Paraná, 191 SJ Centro - CEP 24030-215 Niterói - RJ

LUIS CLAUDIO VICENTE DE SOUZA COMERCIAL ME
Inscrição Estadual 86.915.367 - Processo nº E-04/211/020416/2019
Auto de Infração nº 03.591239-3, de 04/10/2019
Valor reclamado: R\$ 213.173,04.